

DEFENDER A PETROBRAS É DEFENDER O BRASIL

"Temos que saber apurar e punir sem enfraquecer a Petrobras", afirmou a presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso de posse.

PÁGS. 8 e 9

Claudionor Santana

ARTIGOS

A engenharia nacional na construção da Petrobras

Por Clovis Nascimento

PÁG. 2

Pondo o dedo na ferida

Por Antonio Gerson

PÁG. 6

A engenharia brasileira e o risco da desnacionalização

Por Francis Bogossian

PÁG. 7

É o melhor momento para falar em Constituinte do Sistema Político?

Por Ricardo Gebrim

PÁG. 10

Estamos enfrentando a desnacionalização da nossa economia

Por Tania Bacelar

PÁG. 12

ENTREVISTAS

• Sérgio Almeida

"Atacar a Petrobras é atacar a economia brasileira"

PÁG. 13

• Paulo Metri

"A Petrobras é o que é graças à engenharia"

PÁG. 15



Manifestação foi realizada no dia 24 de fevereiro e contou com a presença do ex-presidente Lula

Mobilizações em defesa da Petrobras ganham o Brasil

PÁG. 3

PETROBRAS: O QUE ESTÁ EM JOGO?

Tentativa de desestabilização da Petrobras oculta interesse internacional no pré-sal PÁG. 5 e 6



EDITORIAL

Qual a defesa da Petrobras?

A maior empresa brasileira passa por um momento de crise. A conjuntura atual é de acirramento das disputas políticas e ideológicas do período pós-eleitoral, onde cada força política quer obter para si dividendos deste momento difícil. É fundamental, portanto, que tenhamos clareza de qual caminho seguir na defesa da Petrobras e no complexo cenário que se apresenta.

A empresa foi vítima de um esquema complexo, constituído por um arranjo institucional construído desde a saída do país da ditadura civil-militar, quando o sistema político-eleitoral, inclusive seu aparato legal, foi, aos poucos, privilegiando campanhas milionárias, exatamente como uma forma de excluir do processo os que não tinham dinheiro. Somente quem tinha na retaguarda de sua campanha fontes milionárias de financiamento passaram a ter viabilidade política.

Tendo a Petrobras altíssima capacidade de investimento, movimentando uma quantidade enorme de contratos com dezenas de empresas que passaram a gravitar em sua volta, com uma circulação de bilhões de reais, os esquemas de financiamento de campanha foram aos poucos se instalando no interior de sua estrutura gerencial, patrocinados pelas forças políticas organizadas, no governo ou fora dele, mas com capacidade de indicação de pessoas que servissem de âncora para os esquemas corruptos.

A defesa da Petrobras passa, portanto, pela desconstrução do atual arranjo político que somente elege quem tem dinheiro e exclui do parlamento (Câmara e Senado) os segmentos populares e suas representações políticas. Não é por acaso que temos o parlamento que temos e que os presidentes tanto da Câmara quanto do Senado são figuras emblemáticas e representativas dos esquemas descritos acima. Dentro deste sistema devidamente estabelecido, a direita, velha, nova ou reciclada, reina absoluta.

Este quadro complexo que enfrentamos tem ainda outras complicações. A penalização das empreiteiras envolvidas coloca em risco a engenharia nacional com a possibilidade de perda do conhecimento acumulado por elas ao longo de décadas e a subsequente entrada de empresas estrangeiras para substituí-las. Isto para não falar no próprio futuro da empresa, sujeita a enormes restrições e que tem trazido significativo desemprego como subproduto.

A defesa da Petrobras não pode ser reduzida a esquemas simplistas muito ao gosto das formas maniqueístas de fazer política como estamos assistindo na conjuntura atual.

A engenharia nacional na construção da Petrobras

Por Clovis Nascimento*

"O Petróleo é nosso". Este foi o mote da campanha, realizada em 1954, em defesa da Petrobras e da soberania nacional. Os ataques à empresa nunca cessaram desde a sua criação. A Petrobras é um dos maiores patrimônios brasileiros e uma das melhores empresas petrolíferas do mundo. No entanto, as denúncias escandalosas da "Operação Lava-Jato" vêm tomando proporções que abrem uma avenida para os caminhos da privatização. É claro que exigimos rigor na apuração e na responsabilização dos corruptos e corruptores, mas estes fatos não podem servir como pretexto para a destruição da Petrobras.

Com empenho na formulação e descoberta de novas tecnologias em prol do desenvolvimento nacional, a engenharia brasileira contribui imensamente nas conquistas da Petrobras, como a descoberta do pré-sal. Os trabalhadores que, duramente, constroem a empresa não podem ser penalizados, e muito menos o povo brasileiro. A riqueza gerada pela Petrobras é disputada e revertida para o enfrentamento de questões sociais importantíssi-

mas, como a saúde e a educação.

Ardilosamente, os meios de comunicação cometem o "Petrocídio brasileiro" ao assassinar a memória técnica, o corpo de profissionais e todo o acúmulo tecnológico da Petrobras. O Brasil, ao contrário de muitos países, tem autossuficiência de petróleo e tem feito descobertas fundamentais para o país e o mundo, como o pré-sal e o pós-sal. Sabemos que



Os meios de comunicação cometem o "Petrocídio brasileiro" ao assassinar a memória técnica, o corpo de profissionais e todo o acúmulo tecnológico da Petrobras

a Petrobras é um recurso estratégico na geopolítica internacional e na soberania nacional do Brasil.

Afirmamos que a apuração e a responsabilização dos fatos devem seguir o rigor da Lei, mas nunca sob a justificativa de transformar o caráter estatal da empresa em privado. Este é o objetivo dos setores mais conservadores de nossa sociedade: a abertura indis-

criminada de nosso mercado aos produtos e serviços estrangeiros. Jamais aceitaremos uma relação de subserviência no setor tecnológico. A engenharia nacional tem demonstrado capacidade e técnica suficientes para resolver uma série de questões no nosso país, além da autossuficiência de petróleo, obras de infraestrutura, saneamento, telecomunicações e agronomia.

Nós, engenheiros e engenheiras, exercemos um papel fundamental na construção desse país. Sonhamos com um Brasil soberano, forte e robusto. A tecnologia tem um papel imprescindível para a melhoria das condições de vida da população e para a diminuição das desigualdades. A defesa da Petrobras pelo povo brasileiro deve ser incondicional, bem como a defesa de uma política industrial nacional.

A possível desnacionalização da engenharia brasileira e o desmonte da Petrobras são atentados à soberania do país. Mais do que nunca, precisamos levar a corações e mentes que "O Petróleo continua sendo nosso".

***Clovis Nascimento** é vice-presidente do SENGE e presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE)



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br
imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelbertto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lúcia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katrine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do ato na ABI em defesa da Petrobras. Ele foi recebido com entusiasmo pelos presentes.

Ato em defesa da Petrobras lota auditório da ABI

Manifestação foi realizada no dia 24 de fevereiro e contou com a presença do ex-presidente Lula

"Defender a Petrobras é defender o Brasil, é defender os trabalhadores, é defender a democracia", afirmou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ato realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no dia 24 de fevereiro. O encontro, realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), reuniu diversas organizações de trabalhadores, como o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio (SENGE-RJ).

"O que a gente não pode é jogar a Petrobras fora por causa de meia dúzia de pessoas", afirmou Lula. Ele ressaltou que, historicamente, a mesma estratégia é utilizada: a de criminalizar antes

de julgar. Lula frisou ainda a importância do modelo de partilha e os interesses que foram contrariados com eles.

Segundo João Pedro Stédile, integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, "o que está em jogo não é a corrupção, é a lei de partilha. O que está em jogo é quem ficará com o lucro do petróleo e eles não aceitam que vá para educação e saúde".

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro, Wadih Damous, ressaltou a importância de não condenar as pessoas antes do devido julgamento.

"Nossa Petrobras", afirmou José Maria Rangel, coordenador geral da FUP. O petroleiro lembrou que

a história da Petrobras foi feita nas ruas do país: "nós defendemos nossa empresa nas ruas e iremos novamente para as ruas para defender a Petrobras, custe o que custar".

O presidente da CUT, Vagner Freitas, afirmou que, para acabar com a corrupção de verdade, é preciso fazer a reforma política e pôr fim ao financiamento empresarial.

A diretoria do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) participou do ato. Para o presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, mobilizações como esta são fundamentais para a democracia e a soberania nacional. "Estaremos nos colocando contra o golpe político

e econômico que está se formando e contra a destruição da Petrobras. É o momento também dos trabalhadores reagirem e mostrarem que estão ao lado da empresa", afirmou.

O vice-presidente do SENGE-RJ e presidente da Federação Interestadual de Engenheiros, Clovis Nascimento enfatizou que não podemos nos curvar àqueles que querem, sob a sanha da corrupção, privatizar a Petrobras. "Queremos punição e responsabilização, sem que tais atos incorram na entrega da maior empresa brasileira para as mãos de empresas estrangeiras. Estamos ao lado daqueles que defendem a Petrobras, a engenharia nacional e o Brasil", ressaltou.



Engenheiros em defesa da Soberania Nacional

No dia 25 de fevereiro, quarta-feira, esteve reunida formalmente, pela primeira vez, em Defesa da Soberania Nacional. A reunião ocorreu no Clube de Engenharia. A atividade contou com a participação de representantes do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ); da Federa-

ção Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE); da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET); do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP); do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro (SINDIPE-TRO/RJ); do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

(CREA/RJ); do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ); do Centro Celso Furtado; e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na ocasião foi aprovado o manifesto “Em defesa da soberania nacional.

A Nação se defronta com um dos maiores desafios de sua história, abalada que está por forças internas e externas que ameaçam os próprios alicerces de sua independência e de sua soberania. As investigações policiais em torno de ilícitos praticados contra a Petrobras por ex-funcionários corruptos e venais estão dando pretexto a ataques contra a própria empresa no sentido de transformá-la de vítima em culpada, assim como de fragilizá-la com o propósito evidente de torná-la uma presa fácil para a fragmentação e a desnacionalização.

A Petrobras é a espinha dorsal do desenvolvimento brasileiro. A cadeia produtiva e comercial do petróleo e do setor naval, por ela liderada, representa mais de 10% do Produto Interno Bruto, constituindo a principal âncora da indústria de bens de capital. É uma criadora e difusora de tecnologia, de investimentos e de produtividade que beneficiam toda a economia brasileira. Foi graças aos esforços tecnológicos da Petrobras que se descobriram, em 2006, as reservas do pré-sal, e é ainda graças a sua tecnologia original de produção que o Brasil já retira do pré-sal, em tempo recorde, cerca de 700 mil barris diários de petróleo, que brevemente alcançarão mais de 2 milhões, assegurando autossuficiência e a exportação de excedentes.

Deve-se à Petrobras a existência de uma cadeia produtiva anterior e superior do petróleo e da indústria

naval, induzindo o desenvolvimento tecnológico da empresa privada brasileira, gerando emprego e renda que, no caso de empresas nacionais, significa resultados que aqui mesmo são investidos, desdobrando-se em outros ciclos de produção e consumo na economia.

Tudo isso está em risco. E é para enfrentar esse risco que o movimento social e político que estamos organizando conclama uma mobilização nacional em favor da Petrobras, instando o Governo da República a colocar todos os instrumentos de poder do Estado em sua defesa, de forma a mantê-la íntegra, forte e apta a continuar desempenhando o seu papel de líder do desenvolvimento nacional e a enfrentar, por outro lado, o desafio do seu enfraquecimento planejado por forças desnacionalizantes e privatistas internas e externas.

Ao lado da defesa da Petrobras vemos o imperativo de proteger a Engenharia Nacional, neste momento também ameaçada de fragmentação e de liquidação frente ao risco de uma desigual concorrência externa. Repelimos com veemência eventuais atos de corrupção ocorridos na relação entre empresas de en-

genharia fornecedoras da Petrobras, e seremos os primeiros a apoiar punições para os culpados, mas somos contra a imputação de culpa sem provas, e a extensão de culpa pessoal a pessoas jurídicas que constituem, também elas, centro de geração de centenas de milhares de empregos, de criação de tecnologia nacional e de amplas cadeias produtivas, e de exportação de serviços com reflexos positivos na balança comercial.

Todos que acompanham negociações internacionais conhecem as pressões que recaem sobre o Brasil e outros países em desenvolvimento no sentido de abertura de seu mercado de construção pesada a empresas estrangeiras. Somos inteiramente contrários a isso, em defesa do emprego, da renda e do equilíbrio do balanço de pagamentos. Se há irregularidades na relação entre as empresas de construção e a autoridade pública, que sejam sanadas e evitadas. Mas a defesa da Engenharia Brasileira implica a preservação da empresa brasileira à margem de qualquer pretexto.

Não é coincidência a existência de ataques à Petrobras, ao modelo de partilha da produção que a coloca como operadora única do pré-sal, à

política de conteúdo local, à aplicação exclusivamente na educação e na saúde públicas dos recursos do pré-sal legalmente destinados a esses setores, à Engenharia Brasileira como braço executivo de grande parte de seus investimentos, e também ao BNDES, seu principal financiador interno, que tentam fragilizar rompendo sua relação com linhas de financiamento do Tesouro: tudo isso faz parte não propriamente de ataques ao governo mas de uma mesma agenda de desestruturação e privatização do Estado em sua função de proteger a economia nacional.

É nesses tópicos mutuamente integrados que concentramos a proposta de mobilização nacional que estamos subscrevendo, e que está aberta à subscrição de outras entidades e de todos os brasileiros que se preocupam com o destino de nossa economia e de nosso país. Estamos conscientes de que o êxito dessa mobilização dependerá da participação do maior número possível de entidades da sociedade civil, de partidos políticos e das cidadãs e cidadãos individualmente. E é da reunião de todos que resultará a afirmação da Aliança pelo Brasil em defesa da Petrobras, do Estado social-desenvolvimentista e de um destino nacional de prosperidade.



Ao lado da defesa da Petrobras vemos o imperativo de proteger a Engenharia Nacional, neste momento também ameaçada de fragmentação e de liquidação frente ao risco de uma desigual concorrência externa.

ALIANÇA PELO BRASIL
aliancapelobrasil@gmail.com



PETROBRAS

O QUE ESTÁ EM JOGO?

Por Katarine Flor

Petrolíferas internacionais se preparam para dar o bote no petróleo brasileiro

Tentativa de desestabilização da Petrobras oculta interesse internacional no pré-sal

A Petrobras e o pré-sal são peças-chave no atual debate político e econômico e têm despertado a cobiça dos estrategistas de Washington e das empresas multinacionais de petróleo – todas estadunidenses e europeias.

As denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras surgiram com o início da Operação Lava Jato. O deputado federal pelo PT Alessandro Molon é categórico ao afirmar que os crimes contra a Petrobras devem ser investigados e os responsáveis punidos com todo rigor. Contudo, “não aceitamos que usem escândalos para desestabilizar a empresa e tirar o pré-sal do povo brasileiro”, afirma o deputado.

O discurso político adotado no ataque à companhia é perverso e deixa claro o interesse em fragilizar a estatal. Embarcar meramente no argumento midiático é correr o risco de “jogar fora o bebê junto com a água do banho”. Ou seja, ao seguir cegamente esse discurso da mídia de anticorrupção, corremos o risco de deslegitimar a mais importante empresa estatal brasileira, a Petrobras.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, Olímpio Alves dos Santos denuncia o engodo do discurso da mídia comercial. O sindicalista avalia que não está em jogo apenas o petróleo, mas a Soberania Nacional. “Se a mídia estivesse realmente preocupada com a corrupção no país, condenaria com veemência a sonegação fiscal da própria Rede Globo. A Rede Globo sonegou impostos na compra dos direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2002. De acordo com o documentário

investigativo elaborado pelo DCM, a emissora comprou os mesmos direitos da empresa de fachada que criou no Caribe por um preço bem superior. Mais uma vez não pagou os impostos pela transação.

O serviço de inteligência da Receita auditou as contas. Em 2006, chegou-se à conclusão de que a emissora deixou de recolher impostos que, à época, com multa e correção, chegavam a 615 milhões de reais. Hoje, a dívida ultrapassa mais de 1 milhão de reais.

O professor de relações interna-

cionais da UFABC, Igor Fuser alerta que por trás desse discurso inflamado de anticorrupção está o interesse pelo petróleo. A disputa por esse recurso tem sido o motivador das principais guerras da atualidade.

Em 2010, o governo Lula adotou regras que garantem o controle estatal sobre as reservas brasileiras. Os opositores da Petrobras tentam reverter as mudanças do marco regulatório do pré-sal brasileiro. Todo esse ataque voraz visa enfraquecer a petrolífera brasileira e abri-la de vez à privatização. Graças ao nosso pré-sal, a maior descoberta petrolífera das últimas décadas, a Petrobras se tornou uma peça central no tabuleiro mundial da energia.

AMEAÇAS INTERNACIONAIS

“Os opositores são os mesmos que foram contrários à existência da Petrobras”, afirma o presidente da Academia Nacional de Engenharia Paulo Vivacqua. Ele alerta que o controle da América Latina foi e é preocupação central da política norte-americana. Os EUA defendem que o nacionalismo econômico deve ser enfraquecido de todas as formas a fim de impedir o controle nacional dos seus próprios recursos naturais e a industrialização da América Latina. ▶



Manifestações foram realizadas em todo o Brasil em defesa da Petrobras



► Continuação da pág. 5

Durante a Guerra Fria, foi implantado o medo do comunismo na classe média, na Igreja, em empresários e militares latino-americanos. A partir de então, passaram a taxar de "comunista" e perseguir todos aqueles que possuíam uma visão nacionalista e patriota. "Essa postura enfraqueceu a luta pela indústria e soberania nacional, levando a privatização de importantes empresas estatais, como a Vale do Rio Doce", avalia Vivacqua.

Essas diretrizes de controle apontadas por Vivacqua podem ser claramente observadas em documentos oficiais da política estratégica norte-americana. De acordo com a Doutrina Clinton, os EUA têm o direito de recorrer unilateralmente ao uso da força para assegurar franco acesso a mercados críticos, a suprimento de energia e a recursos estratégicos.

Ainda segundo o mesmo documento, uma das principais funções da ordem institucional é legitimar o uso mortal de força militar pelas potências ocidentais (os EUA). "Isso é terrível! Uma das principais funções da ordem institucional internacional é legitimar o uso mortal de força militar pelas potências ocidentais - dos EUA", alerta o presidente da Academia Nacional de Engenharia.

"O Comando Estratégico Americano avalia que estas forças serão necessárias porque a globalização da economia mundial levará a uma crescente divisão econômica e ao aprofundamento da estagnação econômica, a instabilidade política e a alienação cultural, provocando alienações e violência entre os despossuídos, muita da qual dirigida contra seus planejadores - os EUA", destaca.

INTERFERÊNCIA ANTIGA

Vivacqua enfatiza que essa estratégia militar norte americana existe para garantir amplo acesso a mercados e a matérias primas em qualquer lugar do mundo. Ele lembra que o interesse norte americano no petróleo brasileiro existe antes mesmo da criação da Petrobras.

Na década de 50, Getúlio Vargas foi eleito presidente com a campanha "O Petróleo é Nosso" comprometendo-se em manter os recursos energéticos brasileiros para

brasileiros. A "Campanha do Petróleo" foi a maior mobilização popular e social da história do Brasil em defesa de um projeto de desenvolvimento. Não houve nada similar antes nem depois. Em 52, Vargas fundou a Petrobras. Uma conquista do povo brasileiro. A causa do petróleo foi relacionada como a afirmação da soberania nacional e do controle soberano dos nossos recursos naturais.

Frente à postura nacionalista adotada pelo então presidente Getúlio Vargas, as Companhias de Petróleo norte americanas, lideradas pela Standard Oil, da família Rockefeller, reagiram e o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf A. Berle, sabotou empréstimos que seriam concedidos ao Brasil. No mesmo período, o país enfrentou uma crise econômica em função da baixa exportação de café e alta importação de combustíveis.

Vargas contou com a Petrobras para reduzir a importação de combustíveis. Nomeou Juracy Magalhães na tentativa de obter um viés nacionalista, mas errou. Juracy era informante do FBI. O então Ministro da Agricultura, Jurarez Távora, possuía ligações com o governo dos EUA. Ele passou a defender a participação de empresas privadas e estrangeiras na exploração de petróleo e atacar o Código Mineral com o objetivo de acabar com a reserva de exploração de petróleo para brasileiros. O jornalista Carlos Lacerda passou a pedir o impeachment de Vargas. Em 54, Vargas se suicidou e deixou uma carta onde denuncia que foi deposto por forças que não querem a liberdade do país.

Vivacqua destaca ainda que o dinheiro que financiava as ações dos EUA no Brasil vinham de empresas como Texaco, Gulf Oil, Standard Oil, entre outras. "São planos de longo prazo de poder econômico que conduzem os países na direção dos interesses das potências ocidentais (EUA). Um país que não conhece a sua história está completamente desarmado por aqueles que têm planos em longo prazo para o mundo. Nós, engenheiros, junto com outras categorias temos que fazer um esforço terrível para que a história seja conhecida por todos", conclui.



Arquivo

Pondo o dedo na ferida

Por Antonio Gerson*

Nos últimos meses, quase todos os dias, jornais e TVs vêm apresentando notícias, muitas delas repetidas várias vezes, sobre denúncias de corrupção, focadas no envolvimento de empresas e pessoas com a Petrobras. À primeira vista, tais notícias poderiam ser um bom sinal, pois indicariam que maus feitos estão sendo desmascarados e apurados, mas, observando com maior cuidado, o que se pode constatar é que existe um propósito na avalanche de denúncias, que é de um só golpe, procurar desmoralizar a imagem da maior empresa brasileira, e envolver e abalar o Governo recentemente eleito pela maioria da população.

Porque? A Petrobras é motivo de orgulho para todos nós, por sua competência técnica e por ser âncora fundamental para o desenvolvimento brasileiro, mas tornou-se a vidraça da vez, porque por traz de toda essa campanha estão interesses muito fortes, de grandes empresas internacionais e dos seus próprios países sede, todos em crise no momento, e que junto com seus "aliados tupiniquins" procuram abalar a moral dos petroleiros e a possibilidade de resistência da sociedade e do povo brasileiro para as mudanças que eles querem nos fazer engolir.

Alterar as regras atuais de exploração das gigantescas e cobiçadas reservas de petróleo e gás no pré-sal, tirando da Petrobras a garantia de ser operadora única, colocar novamente em pauta a estratégia já tentada nos anos 90, de fatar a Petrobras para em seguida pri-

vatizar o que for possível, recuperando o mentiroso mito da incapacidade das empresas estatais. Oferecem no banquete, a Petrobras, o "nosso petróleo", e de quebra as empresas de engenharia nacionais, desqualificadas generalizadamente, pelas irregulares relações de seus dirigentes, com diretores de estatais, políticos, e com o governo de plantão.

É óbvio que, no meio, desse caldeirão, colocam em cheque o próprio governo, com movimentos absurdos para retorno dos militares ou por impeachment, apostando que o apoio da mídia dominante é capaz de manter convenientemente escondidos outros escândalos de corrupção como o das privatizações da Vale do Rio Doce e de outras empresas, como do caso da Construtora Delta e do Metrô com os governos do RJ e de São Paulo, ou mesmo daquela que foi a maior empresa de energia dos EUA, a Enron, que foi à falência após escândalo financeiro e fraudes que envolveram figuras do governo norte-americano.

Preservar a Petrobras, forte e nas mãos do poder público, garantir a própria vontade da população que fez a opção por eleger a atual presidente, sem qualquer complacência com o que houver de ruim ou ilegal, colocando na prisão seus responsáveis, deve ser nossa bandeira. Não podemos, por conta de divergências secundárias, ter receio de botar o dedo na ferida, é hora de reunir todos os esforços para superarmos esse momento difícil.

*Antonio Gerson é conselheiro Fiscal do SENGE-RJ

A engenharia brasileira e o risco da desnacionalização

Por Francis Bogossian*

A engenharia brasileira precisa estar unida para não sucumbir a esta crise sem precedentes instalada entre nós pelo escândalo de corrupção na Petrobras. Não se pode permitir que fatos de tal gravidade coloquem em risco a engenharia nacional, indutora do desenvolvimento econômico, comprovadamente capacitada para atender a qualquer grande empreendimento no país e no exterior.

Todas as denúncias de corrupção devem ser investigadas e os responsáveis punidos através da aplicação das penalidades previstas na legislação brasileira. É necessário resgatar a confiança, a credibilidade e o respeito que a Petrobras e seus funcionários adquiriram ao longo dos seus mais de 50 anos de serviços prestados à nação brasileira.

A corrupção não pode ser um pretexto para a abertura indiscriminada do nosso mercado aos produtos e serviços estrangeiros, fragilizando as empresas brasileiras e, até mesmo, fazendo-as sucumbirem, como se viu ocorrer em outros países, inclusive produtores de petróleo. A engenharia brasileira desenvolveu know how, que tornou suas empresas altamente competitivas. Não à toa, elas constroem pelo mundo inteiro.

O desenvolvimento da Nação não pode prescindir da participação da Petrobras e das empresas de engenharia, cujo risco de esmagamento, face aos erros cometidos, pode levar a um drástico impacto na economia nacional e na responsabilidade social.

É preciso ter a lucidez de diferenciar as imprescindíveis ações a serem

tomadas contra os crimes cometidos e a indispensável continuidade da operação das antigas empresas de construção nacionais, as quais são insubstituíveis, sim, já que reúnem o acervo técnico histórico de toda a infraestrutura brasileira.

Ignorar tal fato será desconhecer a competência técnica da engenharia nacional nos melhores momentos da História recente; poderá significar a desmobilização de equipes de experiência e renome desenvolvidas por anos e décadas; será subestimar engenheiros, que assinam obras de envergadura, que são sinônimos do desenvolvimento brasileiro; condenar ao desemprego currículos consagrados, juntamente com uma multidão de técnicos de nível médio, bem como retirar o pão da mesa dos pobres e dedicados trabalhadores da construção pesada, que formam a mão de obra dita não especializada do país.

A Constituição de 1988, no seu artigo 171, guardava regras jurídicas que, em tese, visavam inibir a participação de sociedades empresariais estrangeiras na atividade econômica nacional. Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 06, em agosto de 1995, este artigo foi suprimido, mudando essas regras e facilitando o ingresso indiscriminado de sociedades empresariais estrangeiras em nosso país.

As empresas estrangeiras são bem-vindas para a transferência de

tecnologia e de conhecimento, desde que associadas a empresas genuinamente nacionais, dividindo com elas, até equalitariamente, o capital social, e não simplesmente competindo de forma desigual e predatória, muitas vezes ofertando inicialmente preços reduzidos, para em seguida dominarem o mercado e passando a ofertar o preço que bem entenderem, como temos visto acontecer aqui no Brasil e no mundo.

A política de conteúdo local, lançada nos anos 2000, e que faz parte de um Conjunto de Políticas Públicas do Governo Federal elaborado para ampliar a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, tem como principais objetivos o incremento da participação da indústria nacional em bases competitivas, o aumento da capacitação e do desenvolvimento tecnológico nacional, o crescimento da qualificação profissional e a geração de emprego e renda.

Esta política salutar para a engenharia nacional e que, diga-se de passagem, é adotada em diversos países, vem sendo atacada sob o pretexto de que é necessário aumento de competitividade, redução do custo das obras e a diminuição dos riscos de corrupção. Ora, as notícias que circulam diariamente mostram que a prática da corrupção e da formação de cartéis não é “privilegio” das empresas nacionais. Nos leilões do pré-sal tivemos uma amostra grátis de como funcionam

empresas de outros países para vencer as concorrências. Isso para não citar outros casos em São Paulo, devidamente denunciados e apurados.

Fato é que, contrariando a corrente defensora da revogação destas políticas, nossas empresas construtoras têm demonstrado alta competitividade e desempenho, vencendo concorrências importantes em diversos países competindo com as maiores empresas construtoras do mundo, entregando obras com qualidade, nos prazos e custos estabelecidos. A exemplo da Petrobras há toda uma cadeia de produção montada para a melhor prestação possível dos serviços.

Os episódios lamentáveis de corrupção na Petrobras não podem servir de pretexto para mudanças nas políticas voltadas para o desenvolvimento da engenharia genuinamente brasileira. É indispensável impulsionar o conjunto de forças hoje ainda dispersas da engenharia nacional, integrando empresas, institutos de pesquisa, academia e órgãos governamentais para o fortalecimento dos processos de gestão, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Precisamos defender os engenheiros, técnicos e pesquisadores brasileiros, pois o conhecimento é um dos pilares do desenvolvimento econômico-social sustentável de uma nação. Não podemos abrir mão de uma política pública responsável e nacionalista. A desnacionalização da engenharia brasileira é uma ameaça à soberania nacional.

* Francis Bogossian é presidente do Clube de Engenharia - Brasil e Membro das Academias Nacionais de Educação e Engenharia





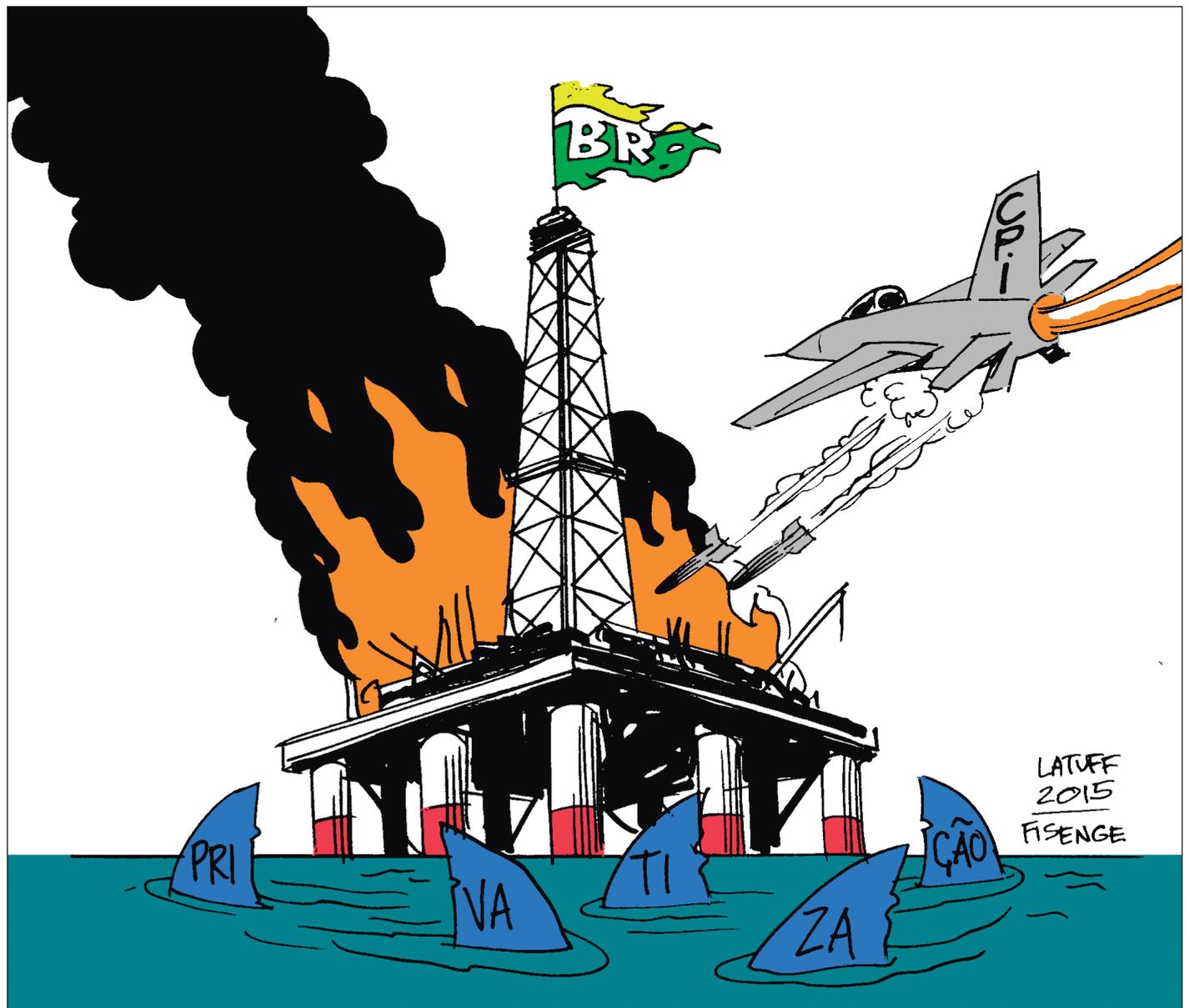
"Temos que saber apurar e punir sem enfraquecer a Petrobras. Temos muitos motivos para proteger a Petrobras de seus predadores internos e seus inimigos externos", afirmou a presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso de posse

Petrobras: mais de 60 anos de tentativas de desmonte

Por Camila Marins

"Vargas precisa desistir da Petrobras". Esta frase foi proferida, em 1954, por Assis Chateaubriand, dono do maior conglomerado da mídia brasileira na época, o "Diários Associados". Um ano antes, em 1953, surgia a maior empresa petrolífera brasileira: a Petrobras. Em uma breve pesquisa no acervo digital do então jornal "Folha da Manhã", hoje "Folha de S. Paulo", é possível detectar inúmeras manchetes e declarações contra o caráter estatal da empresa. Desde então, os veículos de comunicação consignaram ampla campanha de destruição do patrimônio brasileiro, em defesa da abertura do setor petrolífero à iniciativa privada. O que mudou? 61 anos após a criação da Petrobras, os ataques à empresa não cessam e se configuram com a repercussão da Operação Lava-Jato. Hoje, os jornais, rádios, TV e internet estampam, diariamente, as denúncias contra a Petrobras e utilizam casos de corrupção como subterfúgio para a privatização, como sinaliza uma série de editoriais, especificamente um do jornal "O Globo", de dezembro de 2014, que preconiza uma espécie de "refundação da estatal". Enquanto isso, notícias como "Petrobras recebe o mais importante prêmio da indústria de petróleo" são escondidas da sociedade.

Em entrevista à Fisenge (completa na página 15), o conselheiro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Paulo Metri, explica que existem dois objetivos centrais nessas campanhas. "O primeiro é transmitir a ideia de que a Petrobras receber áreas para pesquisar e produzir petróleo é algo prejudicial



para a sociedade, porque os ladrões existentes nela vão roubar o que é público. Os roubos nas empresas privadas só são mais bem escondidos, pois o dono não quer mostrar a fragilidade da sua empresa. Outro objetivo é

preparar a população para uma futura privatização da Petrobras", afirmou. Isso significa que, se a Petrobras é incapaz de assumir áreas de exploração e está com sua capacidade financeira comprometida por conta dos casos

de corrupção, a solução seria chamar as empresas estrangeiras. Errado. Segundo Metri, o argumento de falta de capacidade financeira é mentira. "A Petrobras tem capacidade financeira, bastando que a Agência Nacional de

Petróleo (ANP) retire a pressa desmesurada de implantação dos diversos projetos da empresa. Pressa esta que significa que o petróleo a ser produzido estará sendo exportado na pior época do preço do barril. Na verdade, este órgão busca estrangular a capacidade financeira da Petrobras para ela não participar de muitos leilões e, assim, sobrar mais áreas para as empresas estrangeiras", alertou.

Por trás dessas manobras está na agenda do setor financeiro privado a mudança no marco regulatório e contratos de partilha. "Certamente, uma das estratégias é revogar a nova Lei do Petróleo, o sistema de partilha e a soberania brasileira sobre as imensas jazidas do pré-sal. Estas são conquistas do povo brasileiro que, em hipótese alguma, podem ser derrubadas e é nosso dever defender o patrimônio nacional", disse o engenheiro eletricista e diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Victor Marchesini, que trabalha na Petrobras.

DESTRUIÇÃO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA

Concomitante aos ataques à Petrobras, também estão as tentativas de destruição das empresas nacionais e da própria engenharia nacional. Isso porque, com as denúncias, é frequente o cancelamento de projetos e da construção de plataformas no Brasil, numa clara política de privilégio às contratações no exterior; umas das consequências da Operação Lava-Jato. "Além de prejudicar o desenvolvimento da tecnologia nacional e ameaçar os empregos, é flagrante a tentativa de destruição da engenharia nacional, responsável pela construção de projetos fundamentais para o desenvolvimento do país", preveniu Marchesini. A petroleira Cibele Vieira, que é coordenadora geral do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo e trabalha na Petrobras há 12 anos, é enfática: "Atacar a Petrobras é atacar a força de trabalho. Omitem a informação de que a Petrobras é uma das maiores e melhores empresas petrolíferas, cujos resultados operacionais e de novas tecnologias geraram o pré-sal e o pós-sal", declarou.

Além da defesa dos empregos e do desenvolvimento da tecnologia nacional, é essencial alertar também



Adriana Medeiros

Engenheiro da Petrobras, Victor Marchesini afirma que deve haver rigor de apuração, sem promover a destruição da Petrobras

“Precisamos disputar a opinião pública em defesa da Petrobras

Cibele Vieira, coordenadora geral do Sindipetro-SP

para a importância das empresas de engenharia civil brasileiras, que, além de formar quadros, fomentam setores como o de serviços e o da indústria.

CASOS DE CORRUPÇÃO

Ainda numa reconstrução histórica, enquanto Getúlio Vargas marcava a autossuficiência brasileira na exploração de petróleo com as mãos cobertas por óleo, Carlos Lacerda afirmava que havia um “mar de lama no Palácio do Catete”. Exatamente o que os meios de

comunicação estão fazendo atualmente. A corrupção é colocada acima dos interesses nacionais e da soberania. "A mídia está passando a imagem, como sempre, de que tudo que é estatal não gera resultado e não serve para o povo brasileiro. É importante destacar que a corrupção não é algo exclusivo ao meio estatal, e também acontece no privado, ainda mais abafado", detalhou Cibele Vieira. Nesse sentido, os movimentos social e sindical são enfáticos na defesa da apuração, investigação e responsabilização de casos de corrupção na Petrobras. "A corrupção é um problema estrutural da sociedade, que precisa ser enfrentado em sua raiz, com transparência, participação popular e controle social. Jamais com o desmantelamento de patrimônios nacionais", ressaltou o engenheiro Victor Marchesini.

Enfrentar as raízes da corrupção exige a reflexão do modelo de Petrobras que queremos. Isso significa a defesa de uma empresa 100% pública e

estatal; o fortalecimento de um Fundo Social Soberano; respeito às populações afetadas e a defesa de uma produção solidária, colaborativa e integradora. "Com uma Petrobras 100% pública, que inclui transparência nas suas operações, com mínima ingerência de partidos políticos, sendo auditada pelos órgãos da administração pública e com controle social, que é um tema importante e pouco debatido, a empresa ficará mais imune à corrupção", propôs Paulo Metri. Para além destas questões, é importante a defesa do financiamento público das campanhas políticas. "A arrecadação de doações por políticos junto às empresas privadas para suas campanhas pode ser considerada como o início do processo de corrupção em órgãos públicos", completou Metri. No entanto, já tramita em ritmo acelerado, na Câmara dos Deputados, um projeto de contrarreforma política em defesa do financiamento privado de campanha, amplamente defendido pelo deputado e presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). "A nossa defesa é por uma reforma política popular, por meio de uma Constituinte Exclusiva, que deverá mudar principalmente o caráter do financiamento, que, na nossa opinião, tem de ser público", disse Marchesini.

Cibele Vieira lembra que, junto com a reforma política, é preciso a urgente democratização dos meios de comunicação. "O resultado das eleições demonstrou que nem sempre a guerra da mídia vence, uma vez que, mesmo com desmoralizações, a presidenta Dilma foi reeleita. A FUP e a CUT irão lançar uma campanha nos veículos de comunicação em defesa da Petrobras. Precisamos disputar a opinião pública", ela defendeu.

Petrobras a serviço da sociedade brasileira

- A produção de petróleo e gás alcançou a marca histórica de **2,670** milhões de barris equivalentes/dia (no Brasil e no exterior)

- A produção de gás natural alcançou **84,5** milhões de metros cúbicos/dia;

- O Pré-Sal produziu em média **666** mil barris de petróleo/dia

- A capacidade de processamento de óleo aumentou em **500** mil barris/dia, com a operação de quatro novas unidades;

- A produção de etanol pela Petrobras Biocombustíveis cresceu **17%**, para **1,3** bilhão de litros



*Informações da Federação Única dos Petroleiros (FUP)



É o melhor momento para se falar em Constituinte do Sistema Político?



Divulgação

Por Ricardo Gebrim*

A afirmação de que se formava um verdadeiro cerco político do governo pelas forças de direita foi várias vezes acusada de um exagero retórico quando apresentada no começo do ano passado. Desde então, tratava-se de construir uma alternativa política para o conjunto das forças populares enfrentarem o cerco. Recordar o ensinamento de que, diante de um cerco, permanecer apenas na defensiva costuma ser fatal. Daí a proposta de uma Constituinte Exclusiva do Sistema Político, apresentada inicialmente pela Presidenta Dilma ante às manifestações de junho de 2013, possibilitando uma alternativa política para romper o cerco.

Agora, já não resta dúvida de sua dimensão e a maioria das análises se dá conta do perigo que estamos enfrentando, reconhecendo, por vezes atônita, um cerco político cada vez mais nítido.

No entanto, como costuma ocorrer quando surge uma proposta política que oferece uma alternativa ao campo popular, emerge uma resistência que concentra-se em três argumentos para negar ou desqualificar a Constituinte Exclusiva do Sistema Político. Buscando polemizar, vou classificá-los em "pragmáticos", "defensivos" e "economicistas", tentando respondê-los.

Antes, vamos verificar o que mudou na conjuntura desde o início do ano.

O COMEÇO DE 2015

A vitória eleitoral de Dilma, por uma pequena margem, contou com o papel reconhecidamente decisivo de

uma militância, especialmente jovem, em grande parte não pertencente a nenhuma organização, que se engajou voluntariamente ao se dar conta da natureza do embate e suas consequências. Um elemento novo, promissor que demarcou ideologicamente a chamada "juventude de junho de 2013".

Porém, o começo do governo Dilma gera grandes frustrações com efeitos desmobilizadores que a cada dia vão abalando a militância e apoiadores que atuaram de forma decisiva nas eleições. A opção de repetir a mesma movimentação do governo Lula em 2003, nomeando uma equipe econômica avalizada pelo mercado financeiro e a escolha de ministros cuja simbologia conservadora sequer possibilitou evitar a trágica derrota na eleição da Câmara dos Deputados, vão erodindo uma parcela importante da base de apoio do governo, quando mais se necessita de mobilizações. O equívoco de tentar repetir uma velha receita em outras circunstâncias históricas abala a confiança.

Os movimentos sociais e centrais sindicais, corretamente, se opõem às medidas do ajuste fiscal, especialmente às que retiram ou reduzem direitos previdenciários, exigindo medidas que não recaiam sobre os trabalhadores. Isso coloca um difícil dilema. Como estimular necessárias mobilizações contra medidas do

governo, quando este enfrenta um forte cerco?

A divulgação de denúncias seletivas da "Operação Lava-Jato", voltadas claramente contra o PT e bases do governo, alimenta o cerco político, mantendo o governo na defensiva, empurrado cada vez mais para as medidas impopulares do ajuste, num cenário de desaceleração econômica, possibilidades de retomada gradativa da inflação e desemprego. Um quadro recessivo despontando. Em resumo, as opções políticas do início do segundo governo Dilma abrem flancos perigosos para potencializar, ainda mais, o cerco da direita.

Neste cenário, "sangrar o governo Dilma" parece ser a opção preferencial das forças de direita. A proposta de Impeachment é brandida muito mais como um balão de ensaio, visando reunir forças, enquanto a grande mídia vai intensificando a fritura. Evidente que um processo como este, envolvendo vários agentes políticos, não é controlável e, se surgir um pretexto contundente não vacilarão na lógica golpista.

Por mais que a divulgação seletiva de denúncias da mídia dirija-se contra o governo e o PT, o desgaste crescente das lideranças e partidos políticos se generaliza, atingindo inclusive a oposição de direita, por mais que seja poupada dos holofotes midiáticos. A desmoralização do



Os movimentos sociais e centrais sindicais, corretamente se opõem às medidas do ajuste fiscal, especialmente às que retiram ou reduzem direitos previdenciários exigindo medidas que não recaiam sobre os trabalhadores

Congresso Nacional, com inúmeros parlamentares implicados na Operação "Lava-Jato" e a vitória de Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos Deputados deixa claro que nada se pode esperar deste Congresso.

Mobilizar-se contra as iniciativas golpistas, a defesa da Petrobrás e, simultaneamente, exigir um outro ajuste fiscal que não recaia sobre a classe trabalhadora, outras medidas econômicas e a manutenção de direitos que são ameaçados pelo próprio governo, passa a ser o desafio central das forças de esquerda e movimentos populares. Uma conjugação desafiadora.

Num cenário como este, o que significa apenas empunhar a bandeira defensiva do "não" e qual a importância de uma saída política de interesse popular para enfrentar uma crise que vai se desenhando?

Voltemos ao debate com os que se contrapõem à Constituinte.

A RESISTÊNCIA DOS "PRAGMÁTICOS" À PROPOSTA DA CONSTITUINTE

São três os argumentos principais. O primeiro deles é que uma Constituinte do Sistema Político nesta conjuntura certamente seria ganha pela direita. Afinal, revelou tanta força nas últimas eleições parlamentares, vem incidindo cada vez mais nas redes sociais, vem tentando construir mobilizações. Está claramente na ofensiva política. Parece óbvio que também ganharia as eleições para uma Constituinte, que se converteria num verdadeiro "tiro no pé".

A primeira questão que se coloca para responder um argumento que aparenta uma lógica impecável é responder se estamos diante de um



descenso da capacidade de luta de massas ou se estamos diante de um ascenso cuja frustração não enxerga nem no governo, nem nas forças populares uma alternativa?

Não é uma dúvida secundária e tampouco abstrata neste debate.

Se a conclusão é o descenso, sem dúvida a proposta da Constituinte não seria um "tiro" apenas no "pé". Aliás, seria habilmente encampada pela direita. E, num cenário de cerco político, com iniciativas de cunho golpista, nossa margem de atuação é mínima, somente nos restando o recuo político crescente. Neste caso, a saída inevitável seria ceder e ganhar tempo.

No entanto, não é isso que se constata. O número de greves - importante indicativo nas sociedades industriais da capacidade de lutas - após se igualar em 2013 com o patamar histórico da década de 80, segue crescendo.

E a capacidade de mobilização popular, de compreender a luta social como uma forma concreta de solução de seus problemas, segue ampliando.

Ascenso é a compreensão subjetiva de que lutando coletivamente posso enfrentar meus problemas. Isto vem ocorrendo crescentemente em todas as regiões do país. Mas, disposição e capacidade de lutar não significa enxergar nas forças de esquerda a solução para a frustração política. Como vimos em junho de 2013 estamos diante de uma disputa política e ideológica desta disposição de luta. Se o inimigo aproveita-se da frustração para manipular interesses populares e desmoralizar o governo e forças de esquerda, isso não pode ser compreendido como descenso. Potencial de luta de massas não pode ser confundido com a capacidade política das forças de esquerda de serem vistas como alternativa.

Não estamos mais no descenso que marcou a década de 90 e o começo do século XXI. Porém, sem nos colocarmos como uma alternativa, capaz de enfrentar os problemas estruturais historicamente enfrentados pelo nosso povo, este "ascenso" não se traduzi-

rá no reconhecimento e fortalecimento de um projeto popular.

Aprisionados num sistema político, que impõem recuo e concessão como únicas alternativas para enfrentar problemas econômicos, este "ascenso" não só não enxergará o governo e mesmo o restante da esquerda enquanto uma alternativa, como será disputado pela manipulação da classe dominante que potencializa e busca dirigir sua frustração.

O segundo argumento "pragmático" é que o "tiro no pé" da proposta da Constituinte interessa na verdade à classe dominante. Será?

A resposta virulenta da grande mídia, dos partidos de direita, da burguesia em suas várias frações, quando a Presidenta Dilma lançou publicamente a proposta de um plebiscito oficial da Constituinte do sistema político mostra exatamente o contrário. Aliás, o silêncio deliberado como trataram o Plebiscito Popular, a entrega dos resultados e a fala da Presidenta no curso de nossas eleições mais disputadas, deixa cristalino que sequer aceitam tratar o tema.

A questão é simples. Eles sabem que tem muito mais a perder do que a ganhar. Capitaneados por Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados aceleram ao máximo a famigerada "PEC da Corrupção" para constitucionalizar a doação empresarial que somente não foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal pela atitude escandalosa de retenção dos autos pelo Ministro Gilmar Mendes. Querem acelerar uma contra reforma política para calar o tema que sabem ter um enorme apelo popular. Constituinte, nem pensar. Exclusiva jamais!

Portanto, para enfrentar este argumento basta verificar como as classes dominantes lidam com essa proposta. Finalmente, o terceiro argumento é o mais pragmático em sua essência. Para que empunhar uma proposta que não será aprovada com a composição deste Congresso Nacional? Alguns chegam até mesmo a expor

uma lógica gradualista. É uma boa proposta, mas estratégica, agora nos limitemos às reformas possíveis e a projetos mais palatáveis.

O velho caminho de enxergar o futuro como a continuidade linear do presente. A política como "arte do possível" e não como a "arte do tornar possível" o que se aparenta impossível". Sobre essa linha de argumentação existe um farto debate nos clássicos do pensamento transformador do século XX. Neste momento, para construir a unidade com os que se baseiam nestas concepções, o melhor caminho é devolver-lhes a questão. Por que não podemos combinar a luta por propostas de reforma política que sejam mais "palatáveis" com a manutenção da proposta da Constituinte Exclusiva do Sistema Político?

Evidente que qualquer avanço, ainda que pontual, em nosso sistema político deve ser apoiado. Claro que a aprovação de um Plebiscito oficial da Constituinte somente será possível num processo de intensa mobilização social ou numa crise política (ou na combinação das duas hipóteses). Por que então não conjugar as iniciativas progressistas de mudanças no sistema eleitoral com a bandeira da Constituinte? Por que não aprofundar nossa unidade contra o inimigo comum que é a PEC da Corrupção, a verdadeira contra reforma política?

Alguns desanimam com a campanha pelo Plebiscito Oficial da Constituinte do Sistema Político quando se deparam com a força do conservadorismo do Congresso Nacional. É exatamente o contrário.

Quanto mais o Congresso Nacional deixa claro que sua opção será a contra reforma, mais o desgaste e a frustração serão canalizadas para uma Constituinte, que sendo exclusiva, não será composta pelos atuais parlamentares.

A RESISTÊNCIA DOS "DEFENSIVOS" À PROPOSTA DA CONSTITUINTE

Outro pólo de resistência à proposta da Constituinte do Sistema Político vem de setores que se empenharam na

última década na tentativa de construir uma "oposição de esquerda" ao governo do PT. Na realidade, apenas algumas dessas correntes se contrapõem e outras participaram da construção do plebiscito popular e seguem na campanha pelo plebiscito oficial.

Os contrários à Constituinte costumam associar a proposta ao governo do PT e entendem que ela somente favorecerá o governo Dilma.

Ledo engano!

Sem adentrar no mérito do debate se alguma alternativa "mais a esquerda" emergiria de uma derrota profunda do governo petista, podemos afirmar com grande convicção que nenhuma proposta de esquerda será capaz de promover mudanças estruturais enquanto convivemos com o atual sistema político, herdado da ditadura.

Superar a crise política que vai se desenhando, com uma alternativa que aprofunde a democratização não é uma bandeira de interesse apenas do governo. Achar que a Constituinte seria apenas uma "tábua de salvação" do governo, sem compreender seu significado para a luta popular é uma miopia política grave.

A RESISTÊNCIA "ECONOMICISTA" À PROPOSTA DA CONSTITUINTE

É óbvio que a palavra de ordem "Constituinte" não surgirá espontaneamente da luta de massas. Nenhuma bandeira política surge desta forma. O que mobiliza são as contradições concretas, imediatas, enfrentadas em cada coletivo humano. Em geral, lutas econômicas e reivindicativas.

Os que criticam a proposta da Constituinte por esta linha de argumentos, geralmente sustentam que "o povo" não quer lutar por isso. Nosso papel é sistematizar e organizar as lutas que o povo percebe, se identifica e quer travar.

Sim. Este é um papel dos lutadores populares. Mas, apenas isso. Não apontamos saídas políticas quando elas se colocam? Nos nivelamos apenas às propostas que traduzem as contradições econômicas e sociais? ►

Uma crise política impõem uma resposta política. Vamos defender a Petrobrás, lutar pelos direitos da classe trabalhadora, enfrentar o golpismo, mas sempre com uma resposta política



► Continuação da pág. 11

Palavras de ordem de natureza política somente têm capacidade mobilizadora em circunstâncias históricas muito específicas. Nosso grande exemplo é a luta pelas "diretas já". Porém, nenhuma proposta de saída política se constrói se os lutadores populares não se empenharem neste processo. As "diretas já" não emergiram espontaneamente. Foram pacientemente construídas por forças que perceberam sua capacidade de convertê-la em "meta-síntese" da luta contra ditadura.

O papel dos lutadores populares é desenvolver a habilidade e criatividade de vincular as lutas imediatas, reivindicativas, com uma resposta no campo na política. Isso nunca é fácil.

É O MOMENTO DE MANTER FIRME A PROPOSTA DA CONSTITUINTE E APOSTAR QUE A CONJUNTURA A FORTALEÇA!

Cumprimos o caminho mais difícil que foi popularizar a proposta da Constituinte através do Plebiscito Popular, recolocá-la na pauta dos movimentos e obter os apoios parlamentares necessários para propor projetos de Decreto Legislativo na Câmara e no Senado. O ano de 2014 rendeu, envolvendo milhares de ativistas em todo o país nesta proposta.

Ação gera reação. Agora enfrentamos argumentos "pragmáticos", "defensivos" e "economicistas" para abandonarmos esta bandeira. É preciso seguir "firme no leme", propagandeando e agitando a proposta da Constituinte Exclusiva do Sistema Política em todos os momentos. Não podemos abrir mão desta bandeira, nem mesmo em nome da tão preciosa e necessária unidade das forças de esquerda. Unidade não se constrói com capitulação política.

Enfrentar um cerco político, meramente na defensiva, é derrota certa. É preciso construir uma saída política que enfrente o cerco onde ele é mais frágil – o desmoralizado sistema político. Crises são sempre oportunidades de avançar. E uma crise política impõe uma resposta política. Vamos defender a Petrobrás, lutar pelos direitos da classe trabalhadora, enfrentar o golpismo, mas sempre com uma resposta política. A Constituinte.

*Ricardo Gebrim é militante da Consulta Popular e integrante da Campanha da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

“Estamos enfrentando risco de desnacionalização da nossa economia”

Economista e socióloga, Tania Bacelar faz palestra no Conselho Deliberativo da Fisenge

Crise da Petrobras, intensificação da polarização da política brasileira e atuais medidas econômicas. Estes foram alguns dos pontos perpassados pela economista e socióloga Tânia Bacelar, durante palestra realizada no dia 5/3, ao final da reunião do Conselho Deliberativo da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). "Estamos vivendo uma conjuntura delicada. Isso porque o pós-eleição presidencial desencadeou um ferrenho processo de polarização no país, arrefecido pela repercussão da operação Lava-Jato da Petrobras. Precisamos defender a engenharia nacional e o Brasil", alertou o presidente da Fisenge, Clovis Nascimento. Tania iniciou a palestra falando sobre o contexto internacional e suas consequências na economia brasileira. "A crise vem de 2008 no coração da esfera financeira. Parte da crise, hoje, na indústria vem da abertura comercial e financeira dos anos 1990. Quanto aos países emergentes, ocorreu recentemente (entre 2012 e 2014) uma desaceleração, influenciada em grande parte pela economia chinesa (passa de 10% para 7%)", afirmou a economista. Um outro ponto importante levantado foi a dívida pública. De acordo com Tania, o impacto da dívida pesa e é duplamente pernicioso. "Com a rentabilidade assegurada



Divulgação

com simples aplicação na dívida pública, os bancos deixam de buscar o fomento à economia. Por sua vez, empresas produtivas, em vez de fazer investimentos, preferem financiar o governo", disse.

2015 já sinaliza que será um ano de ajustes, com previsões convergindo para baixo crescimento do PIB e persistência de inflação ainda alta. Tudo isso acompanhado pelos efeitos econômicos e sociais provocados pela repercussão da Operação Lava-Jato, uma vez que os meios de comunicação intensificam a cada dia uma campanha de desmoralização da Petrobras, um legítimo patrimônio brasileiro." É isso que interessa aos produtores e investidores internacionais: querem o modelo de concessão, e não o de partilha. Aécio, duran-

te a campanha, defendeu o fim do regime de partilha e estamos enfrentando risco de desnacionalização da economia. Há um projeto de desnacionalização do petróleo brasileiro e dos investimentos em infraestrutura. Na ausência das empresas nacionais, serão grandes empreiteiras internacionais. A pergunta é: quem vai fazer? As nossas ou as deles?", provocou Tania, que foi além: "No pacote de corrupção, temos de enfrentar uma discussão mais profunda. O Brasil não aguenta esse modelo de campanha eleitoral,

como é nos EUA, que adotamos desde a democratização do país. Cerca de 1 bilhão para eleger um deputado federal. Temos que mudar para financiamento público de campanha", disse.

Ao final, a economista colocou desafios ao conjunto de trabalhadores. "Precisamos disputar o ajuste fiscal e colocar o debate profundo sobre mudança do sistema tributário; fortalecer e ampliar as políticas de distribuição de renda e aumento do salário mínimo; fazer uma discussão profunda sobre a inflação e suas causas; reduzir/zerar alíquotas dos tributos indiretos e é preciso que estejamos atentos à delicada conjuntura política interna brasileira e a de outros países, especialmente os da América Latina", finalizou.



“Atacar a Petrobras é atacar a economia brasileira”

Por Katarine Flor

Em entrevista ao JE, o engenheiro e ex-presidente do SENGE-RJ, Sérgio Almeida, avalia a gravidade dos ataques a Petrobras, uma das maiores empresas nacionais, e denuncia a tentativa de desestabilizar o governo do país, com o objetivo de facilitar o acesso ao petróleo e as riquezas do Brasil às empresas estrangeiras.

Como o senhor avalia a situação atual da Petrobras e as recentes denúncias de corrupção envolvendo a empresa?

– O ataque a Petrobras deve nos deixar absolutamente atentos e preocupados. Porque atacar a Petrobras é atacar um pedaço da economia brasileira, sobre o qual nós temos controle.

O governo tem na Petrobras um importante instrumento para promoção do desenvolvimento industrial do País. A partir de 2003, o Governo Federal procurou combinar o desenvolvimento empresarial da Petrobrás – e aí os interesses dos acionistas, dentre os quais a União é sócio majoritário, devem ser levados em conta – com o papel de alavancadora do desenvolvimento nacional, por meio de legislação que privilegia o conteúdo nacional em bens e serviços fornecidos à empresa.

É importante deixar claro que nenhum valor de desvio é aceitável. Deve ser combatido. Contudo, é interessante examinar a dimensão da corrupção. O volume de desvio na Petrobrás parece ser da ordem de 3% do que movimenta a empresa. Como os níveis de investimento são elevadíssimos, os desvios alcançam valores obscenos, em termos absolutos. No Brasil, estima-se que a taxa endêmica de corrupção é da ordem de 10% dos valores dos contratos.

Os estudos sobre o desenvolvimento das economias em regime de concorrência mostram que a propina é uma regra e não uma exceção no processo de acumulação capitalista.

É importante ainda lembrar que a Petrobras adquiriu um nível de autonomia, concedido no governo Fernando Henrique Cardoso, que a deixou dispensada dos procedimentos normais de licitação previstas na Lei 8.666. Talvez essa maior “liberdade” tenha contribuído para a ocorrência

de desvios, que historicamente se observam no meio empresarial.

Aliás, a máxima do capitalismo é a livre concorrência. Você concorre. Com toda a liberdade. O resultado prático é que os concorrentes lançam mão de meios lícitos e não lícitos pra ganhar contratos, quando não combinam preços e contratos que cada um vai vencer, numa forma de burlar a concorrência. Se nas relações comerciais sempre houve e continua havendo corrupção, nós temos que intervir. É preciso fazer um controle dessas relações comerciais. Mas não posso por conta disso asfixiar essas empresas.

Quais os interesses estão em jogo neste momento?

– O ataque à Petrobras passa a ser um ataque ao governo. Passa a ser uma



O objetivo a nível internacional é ter acesso facilitado às riquezas brasileiras

ação da oposição ao governo. Passa a ser uma ação da oposição ao PT. Em termos internacionais, o que está em jogo é a disputa pelas mudanças de regras que facilitem o acesso de empresas, de petrolíferas internacionais, ao pré-sal brasileiro.

A Petrobras foi a empresa que mais descobriu campos de petróleo nos últimos tempos. Então, esse volume está sendo disputado. A legislação que foi feita após a descoberta do pré-sal impede ou dificulta o acesso de empresas estrangeiras ao pré-sal. Ela prioriza a participação Petrobrás. Ora! Isso para as grandes empresas internacionais é ruim. Tem regras que dificultam a participação delas. O governo pode fazer isso. Tem au-

tonomia! A legislação permite isso.

Porém, essa legislação não interessa a empresas como a Shell, a Exxon, a Total. Eles querem ter acesso facilitado a essa grande reserva descoberta do pré-sal. Então elas, certamente, estão contribuindo com a campanha contra a Petrobrás.

O objetivo a nível internacional é ter acesso facilitado às riquezas brasileiras e a quaisquer riquezas, onde quer que elas estejam. No caso do Brasil, nós temos petróleo, a biodiversidade amazônica, água e outros minerais nobres importantes para a indústria de computação. Em suma: o capital internacional quer facilidade para se multiplicar. Na raiz da instabilidade política do momento, certamente esses interesses estão em jogo.

Ao longo da história, observamos muitas guerras motivadas pela disputa pelo petróleo. Há esse risco no Brasil ou essa disputa está sendo feita por outras vias?

– Os estudiosos da geopolítica dizem que não houve nenhuma guerra nos últimos cem anos onde não estivesse envolvido o interesse por petróleo. Ou seja, as guerras internacionais sempre têm envolvida a questão da disputa pelo petróleo, direta ou indiretamente.

O Brasil é um país razoavelmente bem integrado em termos de relações internacionais. Então, promover uma guerra torna-se uma questão complicada do ponto de vista político e econômico. Não estou dizendo que seja impossível, mas invadir o Brasil teria um custo político muito elevado.

O capital descobriu um desenho novo e aparentemente mais conveniente que a aplicação de golpes de Estado por meios militares: desestabilizar os governos que não aceitam se submeter às regras de dependência dos países de primeiro mundo. ►



► Continuação da pág. 13

A estratégia utilizada pelos investidores internacionais é a estratégia do desgaste, é a estratégia da ocupação por outras vias. Através de mudança na legislação, que também os beneficia. Qualquer que seja o acesso que lhes vier a ser facilitado é bem vindo.

Em nível do capital internacional, dos interesses internacionais, o que se tem visto é uma nova fórmula de ocupação, não necessariamente militar, normalmente utilizando grupos políticos nativos que se alinham com projetos de desenvolvimento nacional subordinados aos dos países desenvolvidos. Não que invasões não ocorram, como foi feito, por exemplo, na Líbia, em 2012. Não estou falando apenas dos Estados Unidos, que é a principal locomotiva dessas guerras, mas também de outros países que estão participando dessa investida. Na Líbia, por exemplo, houve participação intensa e ativa da França e da Itália.

Os países que buscam um pouco de soberania, de autonomia, viram alvo dos grandes países do mundo. Principalmente da potência imperial, os Estados Unidos.

Qual tem sido a atuação da mídia nesse processo?

– A mídia é um caso à parte. O tratamento que ela dá ao governo do PT, como no caso da própria Petrobras, não tem nem comparação com o que ela dá, por exemplo, ao episódio de corrupção envolvendo o metrô de São Paulo. Não são apenas suspeitas, como lá no caso da Petrobras, não são denúncias de delação premiada e sim confissões das empresas que pagaram propinas a funcionários de governos do PSDB. Para as denúncias de corrupção no Metrô de São Paulo, a mídia é extremamente econômica de informação.

Divulgando seletivamente as informações sobre desvios, a mídia procura criar a ideia de que a corrupção foi inaugurada e é da exclusividade do PT.

Certamente, o PT foi, no mínimo, descuidado com isso. Foi no mínimo pusilânime em relação a questão da corrupção enquanto partido.

A mídia não informa porque tomou um partido, mas a História do



Agência Brasil

Brasil mostra com clareza. Os meios de comunicação comercial procuram colocar o carimbo de corrupção nos governos que tenham algum viés popular, como é o caso do PT.

A mídia fez isso nos governos Vargas, Jango e tentou fazer com Juscelino. As consequências foram o suicídio de Getúlio e a derrubada de Jango. No caso de Dilma, estão tentando desestabilizar o governo sob o argumento da corrupção, que é um tema caro para a população.

Agora, nós estamos vendo casos de corrupção a nível mundial! Casos gravíssimos, com trilhões de dólares que estão em jogo! Em paraísos fiscais.

Com a coordenação de grandes bancos internacionais, inclusive bancos que têm sede, que têm importância no Brasil, como é o caso do HSBC. A mídia praticamente não informa nada, ainda que nesse caso disponha de informações disponibilizadas por jornalistas estrangeiros.

Por quê? Boa parte dos ricalhaços brasileiros está envolvida nesse negócio. Pessoas que financiam com anúncios os meios de comunicação.

Temos dois pesos e duas medidas, com relação à corrupção. Se é do PT,

vaza. O delator passa a ser um herói nacional. Quando se trata do mensalão do PSDB, desaparece o nome do partido e há referências ao mensalão mineiro. A esse nem a justiça brasileira, nem a mídia dão o relevo que o caso tem.

Você tem seis grandes grupos que informam o Brasil. Esses seis grandes grupos pensam exatamente a mesma coisa. Você não tem alternativa.

A que se deve atribuir a queda de valor de mercado da Petrobras?

– Se compararmos a política industrial da Petrobras com a da Vale, vamos verificar que a Vale do Rio Doce adquire os equipamentos, necessários pra

desenvolver sua atividade, no lugar mais barato do mundo. A Vale não tem nenhum interesse, por exemplo, em desenvolver ou contribuir para o desenvolvimento da indústria ferroviária nacional.

Como a Petrobras não teria nenhum interesse em adquirir uma embarcação, petroleiros e plataformas em algum lugar que não fosse o lugar mais barato. Então, a empresa estava comprando plataformas da Noruega, Cingapura etc. A partir de 2003, houve uma orientação para

que a indústria nacional começasse e, cada vez mais, avançasse na produção desses equipamentos. A partir daí, observa-se um índice de nacionalização crescente dos bens necessários à produção de petróleo.

Além disso, a legislação em vigor, principalmente para o pré-sal, determina que uma parte do que for ganho com a produção de petróleo seja utilizada em educação e saúde. Desse excedente, serão destinados 75% para educação e 25% para saúde.

Essa decisão não é do interesse do acionista, que está atento ao seu interesse e no curto prazo. Porque os lucros que ela tem, em parte, são reinvestidos. Não são distribuídos como bonificação aos acionistas. São reinvestidos, não necessariamente na Petrobras, mas aplicados nas áreas em que o país precisa.

Essa prática é tomada por outros países. A Noruega, por exemplo, faz isso com seu petróleo. A empresa petrolífera da Noruega não é desenvolvida apenas pra gerar um bem pra si, como empresa. Ela tem outro objetivo: atender as demandas da Noruega.

A lógica é a seguinte: se eu tenho excedente de petróleo, em algum lugar, onde me faltam recursos, então eu vou aplicar parte daqueles recursos na educação, na saúde, no desenvolvimento da infraestrutura.

O fato é que uma das razões de queda do valor de mercado da Petrobras é que parte de seu lucro é investido em educação e saúde, o que é muito bom para o povo brasileiro. Pode não ser bom para o acionista, mas a Petrobras é uma empresa de governo. O acionista majoritário é o governo. Então, ele pode determinar aonde vai ser aplicado o lucro da empresa. Nesse momento, as ações da Petrobras estão em queda, também, por conta de todo esse escândalo montado, não esquecendo a queda do preço do barril de petróleo a nível mundial.

Em 2014, a Petrobras ganhou o prêmio de empresa que melhor desempenho teve na exploração de petróleo. Bateu recordes nacional e mundial de produção no quarto trimestre de 2014. Mas isso a mídia não divulga. A mídia não informa. Faz vistas grossas ao que a Petrobras tem de mais positivo.



“A Petrobras é o que é graças à Engenharia”

Por Camila Marins

Em entrevista à Fisenge, o conselheiro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o engenheiro Paulo Metri aprofunda o que está por trás dos escândalos de corrupção na Petrobras e a campanha de desmoralização da empresa pelos meios de comunicação. Metri ainda alerta para a importância da apuração e responsabilização dos envolvidos; como também da importância da engenharia nacional e da defesa da Petrobras.

Como você avalia essa ofensiva dos meios de comunicação e da direita em campanha pela desmoralização da Petrobras?

– Esta campanha atinge vários objetivos, simultaneamente. O primeiro é transmitir a ideia de que o fato da Petrobras receber áreas para pesquisar e produzir petróleo é prejudicial para a sociedade. Isso porque os ladrões existentes nela vão roubar o que é público. Todos nós já ouvimos o comentário: “Se fosse uma empresa privada, não haveria roubos”, o que é um engano. Os roubos nas empresas privadas são mais bem escondidos, pois o dono não quer mostrar a fragilidade da sua empresa. O segundo objetivo já foi, de passagem, mencionado: de preparar a população para uma futura privatização da Petrobras. A lista de políticos envolvidos segundo as delações dos bandidos Paulo Roberto Costa e Youssef não foi divulgada, ainda. Notamos que os cidadãos são bandidos, mas suas delações são consideradas como de “homens de bem”. Mas, se houver o envolvimento de algum político, não se pode envolver todo o partido dele como sendo copartícipe do roubo.

Esta manobra tem o objetivo de mudar o marco regulatório do petróleo?

– Também. À medida que não se pode entregar áreas à Petrobras, por causa dos roubos e sua suposta incapacidade financeira, a solução seria chamar as empresas estrangeiras. Estas só se sentem atraídas para investir aqui se for através de concessões e, não, através de contratos de partilha. A Petrobras tem capacidade financeira, bastando para isso que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) retire a pressa desmesurada de implantação dos diversos projetos da empresa. Pressa esta que significa que o petróleo a ser produzido estará sendo exportado na pior época do preço do barril. Na verdade, este órgão busca estrangular a capacidade financeira da Petrobras para

ela não participar de muitos leilões e, assim, sobrar mais áreas para as empresas estrangeiras. A verdade é que o novo marco, o dos contratos de partilha, representa uma conquista de soberania para o país e de mais recursos fluindo para a sociedade, em prejuízo das empresas estrangeiras.

Também estamos assistindo a uma campanha de destruição das empresas nacionais de engenharia e da própria engenharia brasileira. A que se deve? Qual o papel da engenharia na construção da Petrobras?

– A destruição das empresas nacionais de engenharia se deve ao interesse do capital internacional. No exterior, existem interesses comuns entre as grandes petrolíferas e as empresas de engenharia. Então, se o governo brasileiro não forçar a participação de empresas nacionais de engenharia, não será a Chevron ou a Exxon ou a BP ou a Shell ou a Total, por exemplo, que irá contratá-las. Agora, é triste ver a própria Petrobras querendo “matar” as empresas nacionais. Os dirigentes corruptos das empresas de engenharia devem ser julgados e, sendo as acusações verdadeiras, devem ser penalizados. Mas, as empresas não precisam ser penalizadas. E será um atraso muito grande se forem. Resumidamente, a Petrobras é o que é graças à Engenharia, aqui representando todas as atividades tecnológicas (Engenharia propriamente dita, Geologia, Geofísica etc).

Os ataques do capital internacional à Petrobras são frequentes. De que forma é possível fortalecer uma Petrobras estatal e 100% pública?

– A primeira medida para ela voltar a ser do Estado brasileiro é a recompra das ações que estão na Bolsa de Nova York. Quando estas ações foram vendidas lá, durante o governo FHC, perdemos graus de liberdade na administração da empresa, o que representa uma perda de soberania. Hoje,

nos defrontamos com a possibilidade de diversas ações contra a empresa, em fóruns hostis, representarem perdas com multas e outras cobranças de centenas de milhões de dólares. Eu sempre fui a favor da Petrobras ser 100% pública, incluindo o atendimento de políticas públicas, como ajudar a política de conteúdo local. Algumas pessoas pregam que ela deve ser extremamente rentável para dar excelentes dividendos. Isto só seria bom para prepará-la para uma privatização, o que eu repudio.

A que se deve a baixa dos barris de petróleo? Podemos afirmar que há em curso a operação dumping?

– Não se pode afirmar com segurança que o preço do barril baixou por manobra dos grandes exportadores, principalmente do Oriente Médio, para matar (dumping) a indústria nascente do xisto nos Estados Unidos ou se foi uma manobra geopolítica dos Estados Unidos, com apoio principal da Arábia Saudita, para criar enormes dificuldades para as economias da Rússia, Irã e Venezuela. Ou para atingir estes dois objetivos, ao mesmo tempo.

A corrupção é um problema estrutural da sociedade. A defesa de uma Petrobras 100% pública pode diminuir casos de corrupção? Que outros instrumentos são importantes para coibir estes casos?

– Com uma Petrobras 100% pública, que inclui transparência nas suas operações, com mínima ingerência de partidos políticos, sendo auditada pelos órgãos da administração pública e com controle social, que é um tema importante e pouco debatido, ela ficará mais imune à corrupção. Lembro-me do financiamento público de campanhas, pois a arrecadação de doações por políticos junto a empresas privadas para suas campanhas pode ser considerada como o início do processo de corrupção em órgãos públicos.



Como funciona o golpe para privatizar a

PETROBRAS

(via "Tijoloço")

1 PSDB promete mudar partilha do Préal p/favorecer petroleiras estrangeiras



2 Grande campanha na mídia do Brasil e internacional
Corrupção
Lavajato
Fora Graça



3 Momento perfeito para rebaixar valor na Bolsa: crise do petróleo Brent crude baixo

4 fundos usa soros manipulam ações da Petrobras p/baixo

5 ações caem bem mais do que outras petroleiras

6 usa fundos processam Petrobras e pressão intensifica



7 campanha na mídia petrobras quebrada



8 PSDB protocola mudança Partilha do Préal q favorece Petroleiras Estrangeiras

"ACORDEM!
O Pré Sal do Brasil vale "8 trilhões e 800 bilhões de dólares. "Por essa quantia, EUA e Inglaterra fariam qualquer coisa, inclusive fizeram muitas guerras por muito menos que isso."

- Bob Fernandes



A. Rembold



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733
Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br